

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se no Plenarinho da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, os membros do Conselho Municipal de Educação: Aldren da Cruz Singer de Mello; Ana Lucia Rodrigues; Angela Pereira Branco; Carmem Lúcia de O. Rocha; Clície Maria C. Negoseki; Fátima Batistão Machado; Henrique Erick Wiens; José Roberto Eduardo; Leila Gonçalves de Carvalho; Luiz Carlos Costa da Silva; Maria Madalena de C. Hitner; Marilza Aparecida P. Teixeira; Marinês Gabriela C. Jarek; Mônica Taís Neves da Silva; Queila Cristina I. B. Martins; Rodrigo Cardozo Gomes; Tatiane Fátima Kusma. E como convidadas: Rosiane Silva Franchetto; Delma Regiane Cordeiro Furman; Fabíola Perdigão Flor; Juliana Canassa; Barbára Princival Cordeiro.

A reunião iniciou-se com a Presidente Ana Lucia cumprimentando a todos e colocando que é importante que as pessoas confirmem a presença ou justifique a ausência, pois se não houver quórum a reunião é adiada, “então é preciso que confirmem por e-mail, foram recebidas 10 confirmações, e a gente precisa de 11, até agora temos 15, então já temos quórum para a reunião.” A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta, sobre a aprovação da ata da 2ª reunião ordinária 09/03/23, a Conselheira Mônica informa que não recebeu. A Presidente Ana Lucia coloca que ela não estava presente e por isso não recebeu, e pergunta se a ata está aprovada, e coloca que não foi recebido nenhuma alteração. Ninguém se manifestou contrário, a ata foi aprovada. A Presidente Ana Lucia segue para a pauta sobre as nomeações dos Conselheiros e informa que não saiu ainda, e que na reunião do dia 09 a Prefeita pediu para que aguardasse, pois queria conversar sobre algumas indicações, “o pessoal do CAE também teve reunião então a gente está verificando, pois também estava com problemas, do FUNDEB Já temos os nomes das pessoas que entrarão, o Rodrigo está presente o Thiago não, a gente fez o convite para todos os que recebemos os nomes, mas acredito que quando for resolvida a gente já vai conseguir fazer todas as nomeações, estamos com problemas com o CMDCA, que já havia enviado dois nomes, e pediram para trocar, mas não enviaram a ata, completando isso a gente já encaminha e vai em caráter de urgência.” A Presidente Ana Lucia informa que foi publicado hoje o edital para eleições de representante do Ensino superior e que já tem candidatos, a eleição será no dia 10, no período de trabalho, na sala do Conselho, porque o Ensino Superior a procura de interessados é muito pequena, “para a Comissão de eleição temos eu, e o Luiz, alguém mais pode nos auxiliar caso a gente precise? Na vez passada não tivemos interessados, a gente vai fazer todos os encaminhamentos, é encaminhado para todas as instituições que tem ensino superior, explicando como funciona, temos 1 interessado, lembrando que é para professor que dê formação na área de pedagogia, professor ou professor tutor, mas é necessário que seja no curso de pedagogia.” Sobre a questão do Fórum a Presidente Ana Lucia coloca que ainda tem segmentos que precisa fazer a eleição e que ficou por conta do Conselho, o SINSEP abriu o edital e não conseguiu preencher todas as vagas, somente a de Educador, então está faltando vários segmentos: Professor de Ensino Fundamental, Especial, Infantil, Professor do Estado, Professor do Ensino Superior, Agente administrativo das Escolas, representação de pais, “organizamos um Google forms, vamos fazer esse encaminhamento para todas as Unidades de ensino, para quem tiver interesse fazer a inscrição e vamos colocar a mesma data para a eleição, a gente vai ter as inscrições e já fecha a composição do Fórum com essas pessoas. Iremos pedir ajuda para quem está lá na Unidade, para que conversem sobre esse

encaminhamento para que as pessoas se inscrevam, pois a gente precisa fechar a composição do Fórum Municipal, para criar e discutir, fazer a Pré conferência e a conferência ainda esse ano, temos que avaliar o Plano Municipal de Educação, pois foi avaliado só uma vez e fazer novamente o ano que vem para já pensar no próximo Plano para os próximos 10 anos, que vai começar em 2025, é necessários fazer essas avaliações do Plano Municipal de Educação. O Conselheiro Luiz confirma quais os segmentos faltantes que estão no Edital: Atendentes da Educação Infantil, Educador Social atuantes nas Unidades de ensino, professores da Educação Infantil, professores da EJA, professores do Ensino Fundamental/Anos iniciais, professores da Educação Especial, professores das Escolas Estaduais e agente administrativo das Unidades de Ensino, pais ou responsáveis de estudantes do Município de São José dos Pinhais e Estudantes do Ensino Superior. A Presidente Ana Lucia informa que a próxima reunião será no dia 11 de maio, quinta-feira e para a pauta terá a questão da segurança nas Escolas, já estão convidados o Secretário de Segurança e o Secretário Aldrian, o Secretário de Segurança já confirmou, só estamos aguardando o Secretário Aldrian, para os dois virem e falar para o Conselho as ações que estão sendo feitas, está na pauta do dia 11, seria para o dia 20, mas a nossa reunião foi cancelada pela questão do movimento nas Escolas e a presença deles também. Na Sequência, segue-se para a próxima pauta sobre o ponto facultativo do dia 06/04, a Presidente Ana Lucia coloca que além da solicitação da SEMED tem a solicitação de 2 Unidades Privadas, o ofício nº371/2023 da SEMED que solicita o uso de um dia letivo para as Unidades não precisar repor o dia 6 de abril, levando em consideração que o calendário tem 201 dias letivos, é lido e aprovado por todos os Conselheiros presentes. Na sequencia é colocado em tela e lido o ofício nº 04/2023 da Escola Semeando o Futuro, o mesmo informa que será aderido o ponto facultativo do dia 06/04 e que a Escola tem no calendário 201 dias letivos, então não haverá prejuízo escolar, a solicitação também é aprovada por unanimidade pelos Conselheiros, o próximo ofício é do CEI Sítio do Pica Pau Amarelo, o mesmo solicita aderir o ponto facultativo no dia 06/04, e informa que o calendário deles também possui 201 dias letivos, a solicitação é aprovada por todos os Conselheiros. A Próxima pauta é sobre a solicitação da SEMED, através do ofício nº 282/2023 para que seja feito o Estudo e criação de Normas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA Ensino Fundamental – Fase I, a Presidente Ana Lucia informa que irá para a Câmara de Ensino Fundamental para estudos e será feito o encaminhamento da convocação na próxima semana para iniciar os estudos da EJA. A próxima pauta é o encaminhamento da SEMED através do ofício nº 291/2023 da Proposta da Educação em Tempo Integral, hoje implantada na Rede Municipal de Ensino como Programa Ampliando Saberes – P.A.S, para análise e apreciação, a Presidente Ana Lucia coloca que é importante que isso seja feito pelo Conselho e que teve uma reunião com a UNCME e foi discutido essa questão, que precisa ter autorização de funcionamento para que aquelas Unidades de Ensino que tem uma sala funcionando, no próximo ano não seja fechado essa sala, por isso precisa ter a garantia da deliberação e autorização pelo Conselho, para manter as turmas de Educação Integral, “o ideal seria ter uma escola, mas esse primeiro passo está excelente, não é de agora, mas está ampliando agora, é importante e essa gestão está fazendo de tudo para que as Escolas, principalmente aquelas crianças em situação de vulnerabilidade, tenham esse atendimento, e quando troca a gestão acontece de não querer mais, então terá que solicitar para o Conselho o fechamento, quando damos a autorização muda até a nomenclatura das escolas que

tiverem, fica Ensino Fundamental e Educação Integral, e na hora do fechamento tem que pedir autorização para o Conselho e a gente fica sabendo o porquê está sendo fechada, então essa análise irá para a Câmara de Ensino Fundamental, para estudos também.” A próxima pauta é sobre a Educação Infantil, a Presidente Ana Lucia coloca que: “foi feito a solicitação de alguns documentos, enquanto Câmara, para a SEMED e também um documento para a PGM, porque na Deliberação, consta no início a metragem 2.20m² e consta também para seguir a SESA (1.50m²), está com duas metragens, então foi entregue para a PGM verificar, então a PGM encaminhou para outro setor (PRORESPA), para analisar se o Conselho realmente pode dar uma alteração de metragem, pois quem é responsável por isso é a SESA, por isso que os Municípios todos tem 1.50m², só o nosso está com 2.20m².” A Presidente da Câmara de Educação, Marilza, faz o repasse do estudo que está sendo feito na Câmara a pedido da ASSEPART e do SINEPE, para a adequação da metragem para 1.50m², seguindo a SESA, apenas para o Infantil III, informando que: “foi encontrado uma serie de outros itens que impactam diretamente nessa mudança, se fosse fazer isso para a rede pública, foi dividido em duas partes, uma das partes são questionamentos que fizemos para a SEMED de informações que nós pedimos, já recebemos quase todas as informações, e perguntamos para a PGM, porque a nossa Deliberação é de 2015 e tem essa dúpla interpretação 1.50m² e 2.20m², nós precisamos adequar mas não dá para mexer no público, então fizemos esse documento perguntando para a PGM, até que ponto o Conselho poderia propor uma mudança, ou se deixaria, até que ponto vai a nossa alçada para mexer nessa questão e para nossa surpresa, acabaram mandando para outro setor responder, porque trata de uma situação que não somos nós que autorizamos, quem sabe melhor é o Rodrigo e a Delma, pois passa pela Secretaria de Finanças, pela vigilância sanitária, passa por uma série de lugares antes de chegar isso para a Secretaria de Educação fazer a visita pela Divisão de Estrutura e Funcionamento e depois vem para o Conselho.” A Conselheira Mônica pergunta se primeiro foi para a PGM e ela não conseguiu responder? A Conselheira Marilza responde que: “Nós achamos que ela quem iria responder, mas foi para outro setor dentro da PGM.” A Conselheira Mônica pergunta para qual setor? A Conselheira Marilza responde: “A PRORESPA”. A Conselheira Marilza diz que a Ana conversou com o Procurador, porque ele não havia entendido muito bem o que a gente estava perguntando e porque estávamos perguntando, “eu também expliquei para ele como que funcionava isso, considerando a Deliberação do Conselho, o papel do Conselho, as responsabilidades e em que isso impacta, porque uma das questões que estamos discutindo é aquela universalização da oferta de vagas para a Educação Infantil que vai chegar a qualquer momento para o Município, e uma das questões que ele passou para nós foi: “vamos deixar então e esperar chegar”, mas não dá para esperar porque nós temos um pedido da ASSEPART e do SINEPE e a gente precisa fazer os estudos, se a gente levasse isso para o nosso público hoje, a gente causaria um caos, então a gente não pode fazer isso, a gente precisava de uma resposta da PGM, para poder dar uma resposta para quem está nos perguntando (ASSEPART e SINEPE). O Conselheiro Luiz informa que o setor da PGM é o Departamento de responsabilidade Civil e Estrutura. A Conselheira Marilza faz a leitura da resposta da PGM que foi colocada em tela para visualização de todos onde a Conclusão diz que *“A equipe técnica deve sopesar se a eventual alteração não acarretará situação ainda mais danosa ao interesse público de forma ampla, sendo, imperiosa, a meu ver, a manifestação da equipe técnica sobre os eventuais impactos negativos que a*

alteração, ainda que temporária, pode ocasionar ou se tais impactos podem ser exceção diante do presente caso concreto.” A Conselheira Marilza ressalta que a

equipe técnica é a Divisão de Estrutura e Funcionamento. A Presidente Ana Lucia coloca que apresentou uma proposta na Câmara de Educação Infantil para neste momento que estamos em estudo pensar, o Órgão Normativo colocado, é o Conselho que define, “uma das perguntas que fizemos foi se podia autorizar as particulares e manter a pública, e foi respondido dessa forma, então fica uma responsabilidade para nós do Conselho. Na Câmara nós apresentamos isso, estudamos e eu trouxe a seguinte proposta, aprovada pela Câmara, como nós estamos estudando essa Deliberação ainda, nós autorizaremos as Escolas Particulares, em que, após a visita da Divisão Técnica, perceba que exista a possibilidade de funcionamento, desde que tenha todos os recursos necessários, humano, material, espaço físico, e que na pública, mantenha-se como está, porque estamos estudando e nesse momento não tem como mexer, temos que respeitar, e também temos um Parecer do Secretário, a gente respeita isso também, então precisamos estudar e ver as possibilidades, e talvez não seja nem o ano que vem, isso é uma demanda que podemos caminhar, mas que coloca que foi feita uma alteração do Conselho na época, em que não poderia ter feito, então solicitamos que as Escolas Particulares possam ter essa autorização de funcionar no Infantil III com 1.50m² e manter com 2.20m² o Infantil I e II, como já está e isso está lá na legislação da SESA, foi essa a proposta, a Câmara de Educação Infantil aprovou, somente a Queila que não concordou, e colocou a questão da qualidade, mas a gente coloca que se há problema de qualidade, teria em todos os outros Municípios, por isso um acompanhamento técnico para verificar, mas enquanto Conselho também podemos fazer as visitas para ver como que está esse funcionamento, sabemos que tem Escolas Particulares que tranquilamente vai fazer funcionar adequadamente, mas também sabemos, principalmente o pessoal técnico da Divisão da Estrutura, que tem Unidades particulares que não tem condições, por isso tem que ter sempre esse acompanhamento, foi o que colocamos e que foi aprovado pela Câmara, agora trago isso para o Pleno para ver o que vocês pensam sobre isso também, porque precisamos aprovar e imediatamente fazer os critérios.” Então pergunta para o Conselheiro Rodrigo se já foi pensado em algum critério. O Conselheiro Rodrigo coloca que a própria Estrutura já trabalha com isso, é visto toda a questão estrutural, pedagógica, pessoal, RH, didático, se tem biblioteca, se tem livros para os alunos, e que pode-se usar a mesma que se usa hoje, porque elas ficam arquivadas na vida legal de cada Unidade. A Presidente Ana Lucia coloca que nas grandes Escolas, elas ofertam até mais que o necessário, “então com isso a gente saber que tranquilamente, mas Escolas muito pequenas, principalmente aquelas que abriram a pouco, essas precisam de acompanhamento e verificação se existe essa possibilidade, porque ainda estamos acompanhando se realmente tem professor na sala de aula, tem Unidades particulares que tem que estar verificando se tem professor ou se é um estagiário ou algum outro profissional, isso já melhorou bastante, por isso essa autorização individual, não será uma autorização para todas as Escolas Particulares, temos que ter o cuidado para ver se não vai ter prejuízos e as nossas públicas, mantém como estão com 2.20m² para o Conselho continuar estudando essa Deliberação, ela vai ser alterada, é uma solicitação que já vinha sendo feita, e não vamos fazer alteração nenhuma nela neste momento a não ser essa, porque ela está dizendo duas coisas ao mesmo tempo, então não é uma alteração, e se for olhar a SESA é autoridade maior e enquanto Conselho, então na verdade seriam 1.50m², por

crianças nas particulares, podemos enquanto órgão normativo colocar sim que é autorizado desde que tenha visita técnica e que ela autorize esse funcionamento com 1.50m², a Stela estava presente, a Leila estava presente e elas concordaram.” A Conselheira Mônica pergunta se essa sala ficaria com mobiliário, ou sem mobiliário? Seriam 1.50m² exatamente para a criança? Teria os brinquedos? Como que seria essa disposição? Teria que traçar uns critérios bem claros e fazer uma garantia de que seja cumprido. “a Escola Particular terá uma economia de dinheiro bem grande, porque vai colocar mais crianças dentro de uma sala do Infantil III, vai ter algum tipo de benesse para a população? Vai ter uma bolsa de estudos? Algum retorno para a comunidade? Seria bacana ter esse tipo de conversa com essa escola.” A Presidente Ana Lucia pede para o Conselheiro Rodrigo responder sobre a questão do mobiliário. O Conselheiro Rodrigo responde que é 1.50m² por criança, independente do mobiliário, é orientado para que as Unidades tenham o mínimo de mobiliário possível para deixar a criança aprender por si mesmo, criar espaços pedagógicos nos cantos, como é nos CMEIs, e a grande maioria das Unidades Particulares estão fazendo isso, deixando o mínimo de mobiliário possível, e organizando a sala com cantos pedagógicos para a criança se desenvolver e aprender e criar, mas não é tirado o mobiliário na metragem. A Conselheira Marilza coloca que não há legislação que fale sobre isso, se o espaço é livre ou é com o mobiliário. A Conselheira Mônica diz comenta que se colocar o mobiliário na metragem, limita mais ainda. A Conselheira Marilza diz quando for fazer as mudanças que estão estudando, talvez tenha que colocar, porque hoje não tem nenhuma legislação que fala que esse espaço considera o uso do mobiliário, não tem nenhum amparo legal. O Conselheiro Rodrigo coloca que a única resolução que fala é no Fundamental, que a primeira carteira do aluno tem que estar há 1.50m² do quadro. A Conselheira Marilza complementa que na Educação Infantil não tem em nenhum lugar. A Conselheira Mônica diz que o tratamento tem que ser isonômico, e que o mesmo direito que a Escola Pública tem de ter esse espaço tem que ter na Escola Particular, “porque quando não tem vaga no CMEI a família vai ter que dar um jeito, vai apertar o orçamento e vai colocar na particular, e como eu falei na minha segunda pergunta, vai ter benesse para a comunidade? Não vai! A mensalidade é cara. A Presidente Ana Lucia diz que a questão da mensalidade não é nossa alçada, a única questão que precisa ser acrescentada e foi chamada a atenção pela Clície na reunião passada, é sobre os alunos de inclusão, esse critério precisa deixar bem claro pela quantidade de aluno que tem na sala, por causa do atendimento a essas crianças, “esse foi o único critério, vai seguir a mesma ficha, mas cuidando dessa questão dos critérios, não estou excluindo essa questão da mensalidade, mas entra para estudo, para verificar até aonde a gente pode ir, para não entrar em uma área que não é nossa, como essa metragem de 2.20m² que não é nossa e a gente fez, vamos manter como está, estudando e vendo a possibilidade do Município se adequar, mas se for para o Ministério Público, ele vai dizer todo mundo 1.50m², então enquanto órgão normativo nesse momento, para poder responder se o Ministério Público vier, é responder que a gente está estudando e analisando, mas que os interessados que querem fazer eles possam, mas que tenha condições.” A Conselheira Clície acrescenta a sua preocupação no sentido de que em uma Escola Particular, onde não há esse cuidado com a quantidade de mobiliário, com as crianças de inclusão, crianças cadeirantes, crianças autistas que precisam de um espaço um pouco mais livre para eles poderem ter acomodação sensorial e uma estrutura de trabalho organizada e estruturada, “precisa ter um olhar para essa redução de tamanho, o

aumento da quantidade de crianças e de que forma essas crianças vão ser atendidas, uma vez que nós temos aquisição de vagas na rede particular.” A Conselheira Leila coloca que em relação a bolsa de estudos, a Unidade em que ela trabalha tem 5 alunos bolsistas, embora não tenha obrigação nenhuma de conceder bolsa, mas como conhecem a realidade de algumas famílias que inclusive não conseguiram vaga no Município, a escola tem 2 alunos com bolsa de 50% e os outros 3 alunos com bolsa de praticamente 80%, mesmo sendo uma instituição particular e sem obrigação de conceder, é algo pessoal da Escola e não pode falar pelas demais, vai muito da gestão, direção de cada Escola. O Conselheiro Rodrigo coloca que a divisão de Estrutura não aprova qualquer coisa, eles levam a ferro e fogo e conta que recebeu uma ligação de um Vereador quando estava indo fazer visita em uma Unidade e respondeu a ele que tinha demandas e que já havia conversado com a Diretora e era para ele dizer a ela para aguardar conforme tinha sido orientado, “estava fazendo o meu trabalho técnico e sério, então não tenho porque ter medo de certas situações, liguei para o Secretário e ele disse que a atitude estava correta, nós não abrimos Unidade que esteja sem o mínimo possível, essa semana eu dei negado, coloquei todas as leis, se eles se adequarem e chamarem novamente, a gente vai ir, vamos tomar todos os cuidados possíveis como já vem sendo feito. Enquanto Estrutura, trabalhamos muito ligados ao corpo de bombeiros e a vigilância, e eu já escutei deles a pergunta sobre, por que a gente atende 2.20m², sendo que a SESA que é uma resolução maior é 1.50m², até comentei com a Ana, a minha preocupação é, se nós enquanto Conselho não aprovar o 1.50m² para as Escolas Particulares e colocar que nós estamos em estudos para a Rede Pública, eles vão ir para o Ministério Público e daqui 1 ou 2 meses, vim o cumpra-se para todo mundo, essa é minha preocupação maior, e hoje, conforme os estudos da Câmara, o Município não consegue se adequar de uma hora para outra.” A Presidente Ana Lucia coloca que acredita que nem o ano que vem, porque precisa de um trabalho melhor e condições melhores, porque não entra só a questão física e material, entra a questão humana também, precisamos dos profissionais, e temos alguns impasses em relação as educadoras, atendentes, a falta de professoras, isso tudo é muito importante, precisamos ter esse estudo neste momento. A Conselheira Queila se coloca dizendo que enquanto profissional do Município há 22 anos, tem uma história na Educação infantil, foi uma das primeiras professoras estatutárias do Município a escolher vagas na Educação Infantil, e conta que a primeira vaga como professora foi escolhida no Recanto Gente Miúda no CAIC em 2001. A Conselheira Queila explica porque o voto dela vai ser não, dizendo: “O meu voto vai sempre não para deixar para 1.50m², porque eu prezo pela qualidade, essa questão de estrutura não é comigo, eu não sou técnica, sou técnica na questão humana e na pedagogia, e digo para vocês que pensam que de 2.20m² para 1.50m² não vai fazer diferença, mas vocês não entendem e não tem idéia do alívio que foi quando o Conselho Municipal de Educação publicou e fez valer esses 2.20m² para a gente poder atender as crianças do Infantil I, II e III, é desumano baixar essa metragem para 1.50m², seja na pública ou na particular, entendo que a particular tem mais estrutura, mas não sei até que ponto existe estrutura mesmo ou se é maquiagem da Divisão de Estrutura, existe uma maquiagem que é feita para receber a Divisão de Estrutura lá, de repente não é aquilo, não estou falando de nenhuma específica, estou falando com a minha visão gestora geral, essa Lei da SESA de 2005, é muito defasada, vou usar um pouquinho da minha experiência para dizer que já estamos há 18 anos, e a Educação Infantil não é escolarização, não é essa metragem aí de deixar

o quadro de giz longe da mesa da professora, não, a Educação Infantil não é nada disso, nós estamos lutando por uma Educação Infantil de qualidade, estamos engatinhando, a Educação Infantil é muito nova enquanto Educação, a Educação era assistencialismo, era prestado um auxílio, um atendimento para essas crianças, para que os pais pudessem estar deixando para poder trabalhar, e é esse o entendimento que o Governo Federal tem com essas normativas, pois se você ler as reportagens e as votações lá do início, você vai entender que a visão que eles tem é assistencialista, e nós não somos só assistencialistas, somos assistência e Educação, os dois juntos, então quando eu me posiciono favorável dizendo que concorda que diminua, eu estou diminuindo a Educação Infantil a qual eu faço parte, a qual eu luto, e tenho muito orgulho de dizer que sou professora da Educação Infantil do Município de São José dos Pinhais, que tem um olhar especial para com essas crianças, e estou lá, no chão da sala de aula com as minhas professoras, educadoras, crianças, famílias, e a Educação Infantil não é mais escolarização, esse metro quadrado de 150.m², é aqueles técnicos lá de 2005 que iam nas Unidades e encontravam carteirinhas com cadeirinhas para que as crianças sentassem e ali ficassem uma tarde inteira, manhã inteira, o dia inteiro, a Educação Infantil não é mais isso, e nós do Município sabemos porque somos referência para alguns locais, então se for para dizer, a SESA está errada, não sei quem foi que trouxe a questão dos 2.20m², mas acho que essa pessoa fazia parte da Educação e entendia mesmo que a criança pequena e bem pequena precisa minimamente dos 2.20m², e digo também que acho que a do Infantil IV, Pré I e Pré II, também tinham que ser 2.20m², porque lá no CMEI Vovó Rosária é respeitado toda essa questão de metragem, e quando a gente entra nos espaços onde são feitos os centros de atendimento, a gente tem quase que uma claustrofobia de tanta coisa, mas não tem que ter tanta coisa, só as coisas para as crianças, é assim que elas aprendem, interagindo, através das interações com brincadeiras, então digo que o pessoal da SESA tem que rever, e todos os Municípios do Paraná também tem que rever, mesmo seguindo a SESA, ainda acho que está errado, tinha que ser 2.20m².” A Conselheira Marilza complementa dizendo que: “na época em 2013 quando chegou na Secretaria, a preocupação com a criação e adequação dessa Resolução era porque a gente tinha 30 crianças nas salas, então quando foi pensado e foi feito, colocando de 1.50m² para 2.20m² foi pensando nessa situação, para garantir que não acontecesse mais isso nos CMEIs, porque os CMEIs já passaram por várias situações, atendia contra-turno com 60 crianças, tinha educador e atendente, tem um processo histórico nessa construção, hoje a gente não tem nenhum lugar que fale de mobiliário, é uma coisa nova, temos que adequar, porque a Resolução é de 2015, também já está defasada, a Educação Infantil também já mudou bastante de lá para cá, temos que pensar sempre num processo histórico, numa construção, eu tinha 28 crianças na minha turma, como professora, e uma criança com bolsa e uma tráqueo, não tinha nenhum estagiário de apoio, eu ia todos os dias para o CMEI pedindo para Deus que aquela criança não morresse comigo no CMEI, são essas delicadezas que a gente precisa ter, em 2015 as crianças de inclusão estavam chegando nos CMEIs também, e agora já é uma quantidade gigantesca, e as Escolas Particulares que o Município tinha, também eram mínimas, pouquíssimas de Educação Infantil, e regularizadas eram menos ainda, tem uma caminhada, processo histórico, tem pessoas que se preocuparam em fazer isso corretamente no público e no particular, se a gente visitar todos os CMEIs, uma coisa que a gente discutiu muito foram as salas, não são do mesmo tamanho, são uma série de coisinhas que a gente precisa reconsiderar.” A

Conselheira Clície coloca que tem um CMEI que tem 15 crianças, 4 inclusões, uma professora, uma educadora e um profissional de apoio, “se eu diminuir a metragem, qual a condição de atendimento dentro dessa sala?” A Conselheira Marilza diz que por isso tem que ser pensado caso a caso, para não fazer uma coisa e depois se arrepender. O Conselheiro Luiz complementa que tem vários pedidos de pais solicitando o PAPI Profissional de Apoio Pedagógico Individual, e hoje não tem como, imaginem aquele CMEI que tem 30 laudos. A Presidente Ana Lucia concorda, e pede para a Conselheira Queila, tomar cuidado quando fala de muitas Escolas Particulares, falar talvez “algumas, hoje as Escolas Particulares estão bem rigorosas, porque as famílias estão cobrando muito, elas interferem inclusive, essa experiência eu tenho de Escola Particular, elas interferem mesmo, então não é ofertado qualquer coisa, e quando você fala das Escolas pequenas e bem pequenas, essas sim temos que ter bastante cuidado, mas as Escolas, principalmente as grandes, porte médio e até algumas pequenas elas ofertam até mais, tem que ter o cuidado quando dizer será que é maquiado?, não que isso não aconteça, no período da pandemia, eu fazia visita junto com a Estrutura e o Conselho Tutelar, e a gente via muita coisa, mas nessas pequenas e bem pequenas, aquelas que a gente sabe que abriu só para ganhar o dinheiro mesmo e não oferta quase nada para as crianças, mas não é a maioria.” A Conselheira Leila comenta que as Escolas não sabem quando vai ter a visita, “tem a da Estrutura e da Aquisição de vagas também, são duas fiscalizações, e durante o ano eles vão uma média de 4 ou 5 vezes, mas a gente nunca sabe quando eles vão, então não tem como maquiar todos os dias esperando, porque não tem um horário, não tem um dia, eles simplesmente chegam.” A Presidente Ana Lucia comenta que os Tribunais de Contas estavam indo nos Municípios para fazer fiscalização, fizeram um mutirão, “como tenho algumas pessoas conhecidas, liguei para perguntar quais eram os Municípios, me responderam que não iriam falar, e perguntaram se era para eu ajeitar São José, eu disse que nem dá tempo, mas coloquei que enquanto UNCME, estava perguntando, mas era só Cerro Azul, o único Município que eles iriam, mas disseram que eles tem sim uma observação dizendo que São José dos Pinhais precisa arrumar a questão das autorizações e que está sem a Vigilância Sanitária, coloquei para ele que já estava caminhando essa questão e que logo teria essa notícia boa, porque os alvarás já estão Ok, só tem essa questão mas já está sendo feito o encaminhamento, a gente pensa que eles não acompanham, mas eles acompanham tudo, a SESA também tem o seu acompanhamento, e hoje na reunião da Diretoria da UNCME Paraná, trouxemos essa questão de encaminhar um ofício para a SESA, tentar marcar uma reunião para atualizar a **resolução**, porque se vê que como maior problema o Município de Toledo, que é 1m² só, e a intenção quando estamos estudando, não é que o Município tem que baixar para 1.50m², é para ver até que ponto podemos manter, todo esse cuidado, em relação a questão da Educação Infantil.” A Presidente Ana Lucia coloca a questão para votação no Pleno, mesmo já tendo sido aprovado na Câmara de Educação Infantil, precisa que os titulares se manifestem. A questão apresentada é para manter a Rede Pública como está, no 2.20m², enquanto estamos estudando, ver como está a Deliberação e ver até quando se consegue e manter essa metragem, e tentar entrar em contato com a SESA e liberar as Unidades Particulares que tem condições de oferta, tendo todo o cuidado, principalmente nas questões de inclusão. A Presidente Ana Lucia pergunta para todos os titulares e suplentes que estão na condição de titulares, se é Favorável ou não à proposta, começando por si mesma, ela diz ser favorável, o próximo Conselheiro é o

Luiz Carlos, o qual pede para votar por último e confessa ter ficado meio assim, com a fala da Queila, A Presidente Ana Lucia autoriza e segue para a próxima Conselheira, Clície, que vota contra, Madalena, contra, José Eduardo, contra, Marinês, contra, Angela, contra, Queila, contra, Mônica, contra, Henrique favorável, Leila, favorável, Rodrigo, abstenção, Fátima, abstenção, Carmem, contra, Aldren, contra, Luiz justifica seu voto dizendo que: “vai ter dois votos diferentes meus, na Câmara de Educação Infantil eu votei favorável de acordo com critérios, e que agora voto contra, entendendo e talvez tenha sido tocado pela fala da Queila, sobre a questão da qualidade da Educação Infantil, por que mesmo com critérios, pode haver situações que de repente fujam do nosso controle, nesse contexto, eu retrocedo do voto que tive na Comissão, votando para que permaneça como está, e não possibilite essa alteração, até que mude-se então de fato essa legislação quando for o caso e se for o caso, como hoje estou como titular da Educação Infantil, nesse momento eu não conseguiria ir contra a própria Educação Infantil.” Em seguida é feita a contagem dos votos e no total foram: 10 contra, 3 favorável e duas abstenções. A Presidente Ana Lucia só coloca o risco que vai ocorrer com o Ministério Público, porque eles já se manifestaram que irão urgentemente no Ministério Público, e aí vai ser o cumpra-se para todos, a Rede Pública e a Particular. A Conselheira Mônica coloca que “prefiro correr o risco do Ministério Público jogar isso e ficar na conta deles, do que eu, porque quando eu faço um voto desse, eu não estou pensando em um número, em uma metragem, eu penso em cada rostinho de cada criança da Educação Infantil que está lá na Escola, penso na minha filha quando ela estava nessa idade, então eu não iria dar um voto favorável em uma situação tão desastrosa como essa, se eles querem ir para o Ministério Público e fazer uma coisa desastrosa como essa, eles que façam, mas eu não vou me sujar a esse ponto, de dar o meu voto para uma coisa que vai prejudicar as crianças dessa forma, porque eu penso que é dignidade humana, uma criança merece o espaço dela, de se locomover, tem criança que fica 8 horas ou mais, quando a sociedade foi avançada, a gente foi diminuindo e enjaulando essas crianças cada vez mais, primeiro as crianças viviam no sítio, depois foram ficando nas casas, nos apartamentos, agora elas ficam nos CMEIs o dia inteiro, a gente ainda vai diminuir, é cruel! Eu não dou meu voto para isso.” O conselheiro Rodrigo justifica o porquê absteve seu voto dizendo que: “vai sair dizendo que o Rodrigo foi contra os CMEIs Públicos, ou que o Rodrigo foi contra as Escolas Particulares, por isso quero deixar transparente isso.” A Conselheira Fátima também justifica sua abstenção dizendo que: “Tem que ser direitos iguais, tanto no Público quanto no Particular, por isso foi a minha abstenção, direitos iguais para todos.” A Presidente Ana Lucia coloca que é importante o que o Rodrigo falou, porque o que o Conselheiro está falando aqui, não pode ser divulgado lá fora, tem que ter bastante cuidado e respeito ao voto do Conselheiro, “porque ele está aqui representando um segmento, mas ele tem que ser respeitado, não pode ficar falando que fulano fez isso ou aquilo, porque isso sim é fofoca, denúncia não é fofoca, fofoca é isso, nós estamos dentro de um Conselho e tem que ter respeito com cada um, então o que a gente decidiu aqui está no Pleno, eu me coloco junto, mesmo tendo votado sim, e vou defender isso que o Conselho colocou, não vou chegar lá e dizer que votei contra o Conselho, isso não acontece, porque temos que pensar realmente que isso é um Conselho, isso que o Rodrigo colocou é muito importante, o respeito a opinião do Conselheiro, porque ele se preocupa com o que vão falar depois e a forma que foi colocado dentro do Conselho, o Conselheiro tem que ser respeitado dentro das suas ações, quem participou do evento

da UNCME, da qual a gente fez uma convocação para que participasse em pelo menos um horário, se falou o tempo todo sobre o compromisso do Conselheiro, temos um compromisso muito importante enquanto Conselheiro, precisamos ser respeitados, e em alguns Município isso não está acontecendo, independente do seguimento que você esteja, tem que pensar sim em que o seu voto vai repercutir, e se pode trazer prejuízo para quem eu estou representando, isso justifica o meu voto, porque isso vai repercutir depois e bem forte.” A Presidente Ana Lucia passa para a próxima pauta sobre uma solicitação feita para a SEMED de famílias que querem que as crianças sejam dispensadas por meio período, essa solicitação veio para a Câmara, porque está na Deliberação do Conselho a questão da alteração, foi conversado bastante com a Chay sobre essas questões, algumas ela concordou, os pontos que foram levantados e discutidos na Câmara e que foi unanime, foi de não mexer na Deliberação por enquanto, “se fizer qualquer alteração agora, a gente vai ter problemas, porque se começar a liberar, vai começar a chegar os pedidos, a SEMED colocou o caso de uma mãe, e a gente até concorda, porque essa mãe poderia ficar meio período pelo trabalho dela, ela pode ficar com o filho, mas agora começaram a chegar várias questões para o Conselho, pedindo para deixar meio período porque está com medo da violência, teve gente que ligou, que já gritou no telefone, está muito forte, e se começar a liberar agora, todo mundo sem critérios meio período, quando chegar em agosto que as coisas acalmarem, eles querem voltar para o integral, então daí como ficam essas vagas? Esse é um problema muito sério, falou se até do Programa Compra de Vagas, o contrato é integral, nem pensar, os pedidos estão começando a chegar para o Conselho, é o meso caso quando passam para a gente ver dessas crianças da data corte, tem que ser feita uma análise, por enquanto é isso, mais tarde quando a Deliberação estiver pronta, colocamos todos os critérios, não vemos que tem algum problema que possa ir para a SEMED, mas agora com o ano letivo em funcionamento, vai ter problema muito grande com as famílias, e agora com os problemas de segurança e violência, aí sim teremos problemas mais sérios, quando se discutiu ainda nem tínhamos recebido esses telefonemas, pedindo para deixar o filho meio período porque tinha medo da violência. Importante lembrar que se fez a matrícula integral fica até o fim do ano letivo, se fez meio período, também e se quiser integral depois, vai ter que entrar na lista de espera, isso tem que ser respeitado, discutiu também a questão dos horários, pois uma mãe estava pedindo para ir buscar meio dia, e esse é um horário que não dá para buscar, as crianças estão dormindo, tem que estipular um horário que possa vim buscar.” A Conselheira Queila relata que as mães que estão com medo e que estão vindo conversar, ela pede para assinar uma ata e assim que vier o vigilante, a criança retorna e a partir daquele momento, três faltas, será acionado o NUDCAI. A Conselheira Mônica relata também, dizendo para a Conselheira Fátima que tem crianças que estão há três semanas sem vim para a aula, desde que teve o atentado não estão vindo. A Conselheira Fátima coloca que a função do Conselho Tutelar é executar medidas. A Presidente Ana Lucia relata que ontem o Fundamental atendeu um pai que pediu para que fosse aberto para estudar em casa, está muito forte esses pedidos. A Conselheira Mônica coloca que de certa forma isto está sendo proporcionado, porque tem um projeto de recuperação paralela e que está sendo enviado para as crianças que estão faltando, mas três semanas é muito tempo. A Presidente Ana Lucia diz novamente que enquanto não criar esses critérios de como vai ficar meio período ou não, ainda vem para o Conselho para o parecer, porque é isso que diz a Deliberação, foi feito um estudo e não tem como mexer nessa

Deliberação agora, isso acaba protegendo até a Secretaria, porque é um Conselho que está decidindo, não é a Secretaria de Educação ou qualquer outra pessoa, e no ano corrente não tem como abrir, até por uma questão de logística. O conselheiro Luiz pede para deixar registrado na ata que vários pais do Compra de Vagas vieram solicitar para deixar só meio período, porque estão com medo da situação, e o que foi dito é que a partir de 3 (três) faltas, tem que mandar para o Conselho, e não existe justificativa plausível para este tipo de falta, conversamos com a gestora anterior do contrato e já que está se estudando essa questão das recuperações da deliberação para poder fazer essas alterações, e se houver esse entendimento depois dos estudos, que pode ter a possibilidade do Infantil I, II e III ser meio período, gostaria de colocar também nos contratos da Aquisição de Vagas, isso poderia ser analisado nos estudos da Câmara, por conta de que atenderíamos tanto as famílias que não tem necessidade de deixar o dia todo, pois tem um período em casa, e também atenderia a questão da nossa demanda de vagas, diminuiria a fila. "Gostaria de deixar registrado na ata que esse seja um ponto a ser discutido, pois isso acontecia anteriormente, porém o Compra de Vagas trabalha em consonância com o que a Educação Infantil faz no Município." A Presidente Ana Lucia diz que precisa verificar se na lei abre essa brecha, então pergunta se há alguém contrário ao que foi colocado, ninguém se manifesta. Na sequência a próxima pauta é sobre os processos das Escolas Particulares das crianças e também a Renovação do Credenciamento para Oferta da Educação Infantil para a Escola Nova Era Criativa, a Presidente Ana Lucia coloca que a Escola está dentro das condições para renovar o Credenciamento da Educação Infantil, a Divisão de Estrutura já deu Parecer Favorável, foi feita a análise e não tem nada contrário, então pergunta se há alguém contrário a essa Renovação de Credenciamento, ninguém se colocou contrário. O Próximo ponto é sobre 3 (três) crianças, com data corte, uma criança da Escola da Colina que deveria estar matriculada na turma do pré I e está matriculada no pré II, ela está dentro da legislação, já estava matriculada, então pode prosseguir, a Divisão de Estrutura colocou como favorável, a outra criança é da Escola Semeando o Futuro, matriculada na turma de Pré II, mas deveria estar no Pré I, e outra crianças também da Escola da Colina que deveria estar matriculada na turma do Pré I e está na turma do Pré II, todos já estavam matriculados em 2018, a legislação e a Resolução do Conselho Nacional de Educação lhes protege. A presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário, ninguém se manifesta, então coloca o caso de mais 3 (três) crianças, com pareceres contrário, a primeira criança nasceu em 2020, ela deveria estar no Infantil III e está matriculada no Infantil IV, ela não retrocede, mas ela permanece no próximo ano no Infantil IV, as outras 2 (duas) crianças, o processo foi encaminhando para o Departamento de Educação Especial e inclusão, a criança deveria estar no Pré II e foi solicitado para permanecer no Pré I, A Presidente Ana Lucia, faz a leitura do Parecer do Departamento de Educação Especial e Inclusão onde diz que o Departamento manifestá-se favorável a não progressão da criança e faz as orientações, é uma criança da Escola Pedacinho do Céu, a outra criança também da mesma Escola, que deveria estar no Infantil IV, mas está no Infantil III, o Departamento de Educação Especial e Inclusão também manifestou favorável a não progressão, a Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário, ninguém se coloca contra. A Conselheira Clície justifica o motivo pelo qual foi dado um parecer favorável a não progressão e feito algumas orientações, colocando que foi feito uma análise de todos os relatórios médicos e Parecer Descritivo da Unidade e olhando as propostas educativas da

Unidade e o relatório da terapeuta ocupacional, o atraso da criança é bem significativo, então terá muito ganho se permanecer. Segue se para a próxima pauta, sobre as solicitações que vem como correspondências, a primeira solicitação é da Escola Genoveva de Brito, teve o falecimento de uma aluna no dia 04 (quatro) de abril, então não houve aula no período da manhã e da tarde, estão solicitando a reposição em um sábado letivo no dia 29/04, a Presidente Ana Lucia coloca que orientação neste caso é para que em caso de luto reponha-se com atividade pedagógica e pergunta se há alguém contrário. Ninguém se coloca contrário. A próxima solicitação é da escola Sagrado Coração de Maria, na tradição do local tem a Pascoela que envolve toda a comunidade e é feriado nessa região, a Diretora solicitou para que fosse dispensado as aulas no dia 10/04, os professores iriam normalmente e seria repostos no dia do Conselho de classe no dia 12/05, mas como foi dispensado o dia 10 (dez) pela questão do LRCOM, não precisou fazer essa troca. A Presidente Ana Lucia coloca que o Conselho recebe todos os ofícios do Ensino Fundamental que são encaminhados para as Unidades, foi solicitado no início do ano para que fosse encaminhado também do Especial e do Infantil, mas não está sendo enviado, e justifica que é solicitado porque as vezes as pessoas ligam questionando algo, “se a gente já souber, a gente pode repassar para ser tratado pelo Departamento, mas quando a gente não sabe fica difícil de informar, recebemos um ofício sobre os livros didáticos, isso já foi questionando aqui, vou pedir para a Rosiani falar um pouquinho sobre isso.” A convidada Rosiani lembra que essa questão é recorrente há muitos anos e explica que é porque o Governo Federal envia o livro didático com base em estatísticas dos anos anteriores, “a gente sempre soube que era referente ao mês de maio do ano anterior” e cita o exemplo que se em uma unidade tinha 2 (duas) salas de 1º ano com 25 (vinte e cinco) alunos cada e no próximo ano tem 3 (três) salas de 1º ano com 25 alunos cada, de cara já vai faltar 25 (vinte e cinco) livros, no início de cada ano as Unidades podem fazer a reserva técnica, que é solicitar na plataforma do MEC os livros que estão faltando. “nós passamos por esse processo da reserva técnica e também por uma segunda etapa que seria dos remanescentes que encerrou no dia 19 (dezenove) e nós estávamos um pouquinho sem a questão do entendimento de algumas gestões de que isso precisa ser feito na plataforma e mais de uma vez, a equipe correu atrás, ligando para cada Diretor e pedindo para fazer, pelo que nós descobrimos até o momento com relação ao livro didático, é que houve troca de gestão no Governo Federal e não foi comprado o número suficiente de livros que já estava previsto na estatística que seria utilizada e segundo informações seria a estatística do ano de 2019 e, além disso, houve um aumento significativo de turmas do Ensino Fundamental, foi feito um dimensionamento em setembro do ano passado, mas no início desse ano a procura estava gigantesca, abriram diversas turmas em diversas unidades, mesmo com todas essas questões a pedagoga Ana Lucia conseguiu organizar o suprimento para quase todos os anos, só está aguardando chegar, estamos nesse processo agora, e se não estou enganada é somente os livros do 3º ano que não tem nem na plataforma do MEC, os demais se o MEC cumprir com o que foi pedido na plataforma os livros irão chegar.” A Conselheira Mônica pergunta: quando? A Rosiani diz que não sabe responder, mas que na semana passada, encerrou os pedidos. A Conselheira Mônica complementa dizendo que historicamente sempre faltou, mas que esse ano está demais, e que as crianças ficam indignadas porque querem o livro igual do colega e não o xérox, “aí uma professora vai lá e pega, aí a outra professora diz, olha lá, ela completou para os alunos dela e eu estou sem,

está dando muita intriga.” A Rosiani concorda e diz que nesse momento está nas mãos do MEC o que foi solicitado, exceto do 3º ano que não tinha nem na plataforma do MEC. A Presidente Ana Lucia coloca que na troca de Gestão anterior do Ministério da Educação, faltou livro também e era orientado que quando fosse fazer xerox, que dentro do possível, fizessem colorido, para receber igual, e não ter tanta briga. A Conselheira Clicie contribui dizendo que historicamente sempre faltou livro e que esse ano houve um aumento de 30% na Rede, sendo bem significativo. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima correspondência, um ofício do SINSEP sobre a hora atividade, o Ofício nº 036/2023 é colocado em tela e lido, o mesmo solicita a regulamentação da hora atividade no Município, Lei 11.738 de 16 de julho de 2008, para que o Conselho faça uma Resolução e encaminhe para a Secretaria de Educação tomar providências. A Conselheira Mônica coloca que foi conversado que foi recebido a denúncia de alguns lugares pontuais, de algumas gestoras, mas não foi divulgado a pessoa e o local, mas que o Sindicato espera que haja uma normativa, uma orientação geral por parte da SEMED, ou do Conselho, dizendo que tem que haver a hora atividade tanto do profissional PSS quanto do profissional concursado, mas que não vá só para a Unidade da denúncia, mas sim de uma forma dinâmica e esclarecedora para que todos não digam depois que não sabiam ou não entenderam e continuem agindo com essa pratica que não é legal, deixando alguns funcionários sem hora atividade por ter um contrato diferenciado de trabalho. A Presidente Ana Lucia coloca que foi conversado com as Conselheiras Madalena e Clicie sobre essas questões e diz que eles tem o direito igual ao demais, e que é recebido todas as orientações na hora de sua contratação, e as Diretoras de Departamento também passam todas as orientações para as Unidades de Ensino, “se está acontecendo é muito importante que seja falado aonde isso está acontecendo.” A Conselheira Clicie esclarece que a hora atividade não precisa ser necessariamente concentrada como o Município organiza, “pode ser diluída ao longo dos 5 (cinco) dias de trabalho das 20 (vinte) horas, pois há o entendimento de que a hora atividade tem que ser toda terça, 4 (quatro) horas, mais a complementação das 2 horas e 45 minutos, para dar os 33%, esse computo dos 33% pode ser diluído ao longo dos 5 (cinco) dias de trabalho ou quatro ou três nas semanas que tem feriado, a secretaria tem conversado sobre isso, estudado, e todas as situações que chega de dúvidas as gestoras são orientadas, mas nós não estamos dentro das Unidades todos os dias.” A Conselheira Mônica pergunta se não seria interessante passar um documento falando sobre o assunto? A Presidente Ana Lucia diz que enquanto Conselho pode-se perguntar para a SEMED se isso está acontecendo e solicitar que seja feito as orientações para as Unidades, mas quando um professore PSS procura o Sindicato, o Sindicato não pode responder por ele. A Conselheira Mônica coloca que teve essa discussão dentro do Sindicato e que ela defende a classe, o trabalhador, a dignidade da pessoa humana, e não castas dentro da Escola, e que precisa haver direitos iguais, pois é ensinado as crianças a serem sujeitos melhores e “quando vieram falar isso, não foi só uma pessoa, foram várias, a gente precisava acolher essas pessoas, então entramos num consenso com a Direção e elaboramos essa fala, para não ficar uma denúncia de pessoas que não são sindicalizadas, mas também não abandoná-los, porque eles são trabalhadores e estão evitando o apocalipse nas escolas.” A Presidente Ana Lucia reforça que precisa formalizar a denúncia e dizer aonde está acontecendo, para criar a comissão e até o local. A Conselheira Mônica coloca que eles são PSS e tem medo de represarias e de ter o contrato cessado. A Presidente Ana Lucia afirma que o Conselho só pode se

manifestar e sair verificar a denúncia se souber onde que está acontecendo, não tem como fazer uma Resolução sendo que já tem uma Lei que deve ser cumprida. A Conselheira Mônica diz que vai levar essa fala para a Direção, porque já foi conversado sobre isso. A Presidente Ana Lucia coloca sobre a Denúncia da criança do Programa de Aquisição de vagas, “foi feito um ofício para o Sindicato solicitando o nome da criança, mas não recebemos resposta, precisamos sim saber qual o local para poder agir, se mandar um documento sendo que a própria Secretaria já fez a orientação, quem diz que vai adiantar? A Secretaria já fez a orientação, eles foram orientados na hora da contratação, mas se a Diretora resolveu que o efetivo vai ter hora atividade e o PSS não, está errado, não pode acontecer, mas a Secretaria não está lá dentro e nem o Conselho. A Conselheira Mônica pergunta se com o ofício que o Sindicato mandou, de que haja uma orientação, esclarecimento formal, documental, lembrando essas pessoas de que não existem castas, não existe diferenciação desses trabalhadores. A Conselheira Leila pergunta para quem esses trabalhadores devem recorrer? A Presidente Ana Lucia responde que eles podem ligar para a Secretaria ou diretamente no RH e informar que isso está acontecendo, porque eles foram orientados e dito todos os direitos, eles recebem, eles só não podem ser sindicalizados porque não são efetivos. A Presidente Ana Lucia passa para a próxima correspondência que é o ofício recebido sobre da cerimônia de entrega dos tablets para o preenchimento do LRCOM e coloca que fica muito contente que isso tenha acontecido porque em 2021 teve uma reunião do Educa Juntos do qual faz parte enquanto UNCME, e foi apresentado o que tinha sido fechado em 2021 e os Municípios que teriam interesse em fazer uma experiência na questão do LRCOM, “eu perguntei se São José estava e foi dito que não, então solicitei que fosse aberto para que os Municípios pudessem fazer contato para entrar como experiência, e deu certo naquele ano para entrar em 2022, entraram 5 Municípios, foi um trabalho muito positivo e a gente sabia que iria ajudar muito, e esse ano foi aberto para todos os Municípios, então a Secretaria ofertou o tablet para essas Unidades poder preencher.” O Próximo ofício fala sobre uma síntese avaliativa, a Presidente Ana Lucia pede para que a convidada Rosiani fale um pouco sobre o assunto. A Convidada Rosiani coloca que em Dezembro do ano passado foi encaminhado para todas as Unidades do Ensino Fundamental do Município, um desenho de síntese avaliativa, que seria o mínimo visto pela Secretaria, para cada Unidade poder trabalhar a partir daquele mínimo e poder organizar a sua própria síntese avaliativa para inseri-lá no regimento, que é o que a Estrutura tem orientado os trabalhos desde o ano passado, e cita um exemplo; “é dito o componente curricular, (antiga disciplina) quantas avaliações o componente curricular deve ter e o peso para provas, avaliações escritas e o peso para avaliações diversificadas, desempenho mínimo que ficou, passando pela comissão diretiva e pedagógica, antes de chegar para toda a rede é que seja 60% da nota em provas, avaliações, e 40% em outras atividades avaliativas diversificadas, é falado também sobre a recuperação de nota e de estudos, língua Portuguesa e matemática que tem uma carga horária maior, teria mais instrumentos avaliativos e história, geografia e ciências que tem uma carga horária menor, tem menos instrumentos avaliativos, cada Unidade Educacional teve a oportunidade de sentar com a sua equipe na primeira reunião pedagógica desse ano e montar a própria síntese avaliativa para inserir no regimento.” A Presidente Ana Lucia coloca a próxima correspondência recebida do Secretário sobre a inserção feita na Portaria do Fórum dos membros que estavam faltando do segmento da Secretaria que era do Aquisição

de vagas e da Divisão de Estrutura, saiu no Diário Oficial no dia 27/03 e publicado no dia 29/03. O Próximo assunto é sobre o Parecer descritivo da EJA, o ofício nº 580/2023 – SEMED que encaminha o Parecer Descritivo da Educação de Jovens e Adultos para o público alvo da Educação Especial é posto em tela e lido, a Presidente Ana Lucia coloca que é o mesmo Parecer que já tem, só muda o público, e vem para o Conselho para regulamentar e não haver mudanças e todos seguirem o mesmo, será publicado em Diário Oficial, por isso precisa passar pelo Conselho. E pergunta se há alguém contrário, ninguém se manifestou. Na sequência é lido o ofício nº 611/2023 - SEMED que solicita a alteração do sábado letivo das Unidades Educacionais da Educação Especial previsto no dia 13/05 de 2023 e Ensino Fundamental e educação Infantil previsto no dia 20/05 de 2023 para o dia 17/06 de 2023, justificando devido aos fatos de violência vivenciados na Educação Brasileira, o que traz a preocupação com a grande circulação de pessoas no espaço escolar durante o sábado letivo. A Conselheira Clície coloca que teve reunião com as Diretoras de Departamento e foi pensado na delicadeza do momento que estamos passando, pois o sábado letivo é um momento extremamente aberto, todos vão até a Unidade, não tem como controlar quem é família e quem não é, achamos melhor dar um tempo e observar como que as coisas vão se encaminhar. A Presidente Ana Lucia coloca que já havia falado com o Secretario que estava preocupada com o dia 20 (vinte) e com o sábado letivo, e como esses movimentos ainda continuam, é difícil cuidar disso com as famílias gritando como estão, pois será cobrado a segurança no dia do sábado letivo, e quando chegar em Junho, se avalia novamente, mas acredita que é prudente alterar, então pergunta se há alguém contrário à alteração do sábado letivo, ninguém se manifesta contrário. A Conselheira Mônica que estava preocupada, entende ser justa a mudança e não se coloca contrário. A Conselheira Queila sugere deixar o sábado letivo para o 2º semestre. A Presidente Ana Lucia explica que pensou no fechamento do semestre, para não mexer na quantidade de dias e para poder avaliar depois. A Conselheira Leila pergunta se não haveria a possibilidade de limitar, pois tem criança que vai com a mãe, pai, irmão, tio, tia, primo. A Presidente Ana Lucia coloca que as vezes a família não tem com quem deixar, e eles querem ir com toda a família. A Presidente Ana Lucia comunica que saiu a Lei que institui a semana Municipal do Brincar, Lei 4.199 de 05 de abril de 2023 e está no calendário oficial de eventos do Município de São José dos Pinhais e será comemorada na última semana do mês de maio e a Lei 4.181 do dia 04 de abril que garante o Direito de prioridade de matrícula de irmãos na mesma Unidade Escolar, foi publicada no Diário Oficial do dia 10/04, e coloca que a Secretaria Néia irá fazer o encaminhamento dessas Leis para os Conselheiros amanhã. A Presidente Ana Lucia também informa que foi republicada a Lei que dispõe sobre a reserva para a população negra e povos indígenas, de vagas oferecidas no concurso publico de cargos efetivos e empregos públicos integrantes do quadro permanente da Administração Pública Direta e Indireta no Município de São José dos Pinhais. Na Sequência a Presidente Ana Lucia informa que o SINSEP fez um google forms colocando para o representante do Sindicato sugestões de pautas que serão encaminhadas e debatidas nas próximas reuniões do Conselho Municipal de Educação, e coloca que as sugestões precisam se deliberadas com o Conselho, algumas já foi tratado, algumas já estão sendo encaminhadas para discussão e o que não foram será trazido para a próxima reunião e frisa a importância de serem sugestões, mas coloca que as solicitações são de maioria funcionais, a não ser a questão do calendário escolar que alguma pessoa colocou, mas não colocou o que

gostaria. A Presidente comenta que teve uma reunião com as Diretoras da Educação Infantil e uma Diretora falou e outras confirmaram que o Conselho bate o martelo, fecha o calendário e não consulta as Unidades, então explica que “o calendário é homologado pelo conselho e organizado pela Secretaria de Educação e quando foi encaminhado a deliberação, teve a orientação de que consultassem seus representantes, não decidimos nada, o calendário não é organizado pelo Conselho, mas se tem uma abertura bem grande, foi acompanhado e foi levado pela Clicie para o Especial e pela Cris para o Fundamental, do Infantil eu não sei dizer, mas houve essa abertura e nada foi imposto.” A Conselheira Clicie coloca que algumas sugestões que chegam elas querem a deliberação, então o calendário é pensado e discutido dentro da deliberação, nem tudo o que vem das Unidades e o que se deseja é possível fazer, o calendário é a SEMED que determina e segue criteriosamente a deliberação. A Presidente Ana Lucia comenta que o ideal seria ter mais dias, para que quando houver algum problema, poder dispensar um dia e ainda ficar dentro dos 200 (duzentos) dias letivos, e pede para o Clicie fazer o levantamento das Unidades que tiveram reunião fora do período letivo, em que as famílias vieram, para ter o respaldo em algum problema que tiver. A Conselheira Mônica coloca que o que ela mais houve desde que instituiu o Conselho Municipal no Município, é que é um lugar fechado e que não ouve o servidor, que faz suas próprias regras e bate o martelo, então o que puder deixar de portas abertas para as pessoas virem e dar suas sugestões, mesmo que seja uma coisa irrelevante e nem seja nosso assunto, deixar essa porta aberta, porque as vezes ela só quer ser ouvida ou dizer algo, esse canal que foi aberto é para os servidores filiados, e eles estão vindo e dando suas opiniões, “será trazido e o que for pertinente a gente trata e acha legal ter esse canal aberto como os filiados para poder tratar de algumas situações, pois tem situações que acontecem nas Escolas que a gente não vai ter acesso, então é bacana que alguém traga para a gente.” A Presidente Ana Lucia coloca que por isso tem a representação, para ser levada a situação para o representante e ele trazer para o Conselho. A Conselheira Queila coloca que na reunião que as Diretoras tiveram com a Ana, uma Diretora colocou um ponto muito importante para levar em consideração nos próximos anos, de que como nós somos da Educação Infantil, temos que ter aquela sensibilidade de que muitos pais precisam deixar as crianças na Unidade e o São José alerta colocou uma reportagem sobre a questão do feriado então ela trouxe para que no próximo momento seja avaliado para em vez de fazer uma reunião pedagógica administrativa no dia da semana e dispensar as crianças, que essa reunião aconteça no sábado ou à noite, mas que a família possa levar a criança. A Presidente Ana Lucia coloca que está previsto na LDB que a gente precisa desses horários de formação e discussões dentro da Escola, o período noturno foi cortado porque na época começou a ter assalto aos professores dentro das Unidades. A Conselheira Queila coloca que achou importante porque essa Diretora que não era nem ela nem a Marilza, colocou essa angústia que ela tinha. A Presidente Ana Lucia coloca que a questão do sábado é só fazer a verificação, só tem que ter o cuidado porque se durante a semana tem Conselho de classe de manhã 4h e tarde 4h, no sábado vai ter que ter também. A Conselheira Leila comenta que sobre a matéria o que pegou foi que o feriado emendou na quinta, sexta e na segunda, então os pais ficaram sem ter onde deixar. O Conselheiro Rodrigo pede a fala e coloca que como o Fundeb agora já está regularizado, essa é a sua última reunião, ele queria continuar mas não foi indicado pela Secretaria de Educação pela Divisão, se coloca a disposição e diz que não irá apresentar carta de desligamento porque ele não quer se

desligar, mas como o FUNDEB já indicou duas pessoas, ele entende que está sendo desligado. O Conselheiro Henrique faz uma observação dizendo que quando ele começou na Escola, a maioria nem tinha nascido, e que há muita diferença entre o que acontece hoje na Escola e o que acontecia naquela época que não dá para comparar, porque a família dele chegou ao Brasil em 1930 e mesmo o pai dele tendo somente o 3º ano primário, os seus 5 filhos são graduados, e ele sempre dizia que se eles criassem algum problema na Escola, eles primeiro iriam resolver em casa, e vê que hoje o Whatsapp é a pior coisa que existe, por causa da comunicação entre as mães, minhas noras professoras não sabem o que fazer porque criança nenhuma obedece e tem certeza de que quando os filhos dele foram para a Escola eles respeitavam o professor, todos eles se formaram e ele lamenta que hoje tem tanto problemas com coisinhas que não se levam a nada, e acha que está se perdendo nos direitos e esquecendo de que todos temos deveres. A Conselheira Mônica coloca sobre a formação do LRCOM e que fez a formação de manhã e a tarde e que foi extremamente produtivo, as professoras mais antigas, as mais novas ajudaram e foi muito legal e todo mundo aprendeu bastante e depois fomos colocar os conteúdos no sistema, está todo mundo gostando, foi bem produtivo. A Presidente Ana Lucia coloca a última correspondência sobre a Escola Emílio de Menezes que estava pedindo para trocar o sábado letivo do dia 20/05 para o dia 27/05, porque eles tinham uma atividade com os Escoteiros, e como foi transferido o sábado letivo para Junho, essa alteração não se faz necessário. A Conselheira Leila pergunta em relação ao ofício da ASSEPART que foi encaminhado. A Presidente Ana Lucia coloca que será respondido se possível amanhã. A Presidente agradece a presença de todos e a reunião se encerra.

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro esta ata que foi digitada por mim, e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is on the left, and the second is on the right.